MUNICÍPIO DE IRATI, SC
Endereço: Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro - Irati - Santa Catarina
Cep: 89.856-000
Telefone: (49) 3349-0010

MUNICÍPIO DE IRATI, SC, 2018

Volume VII - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2018.

CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE IRATI, SC
Endereço: Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro - Irati - Santa Catarina
Cep: 89.856-000
Telefone: (49) 3349-0010

2018

Este documento é dos IRATIENSES

A Notas Explicativas não são só uma obrigação legal ou uma formalidade. É por meio deste documento que o Governo Municipal presta contas aos cidadãos iratienses.

MUNICÍPIO DE IRATI, SC
Endereço: Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro - Irati - Santa Catarina
Cep: 89.856-000
Telefone: (49) 3349-0010

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Natureza Jurídica da Entidade;
1.2 Domicílio da Entidade;
1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade;
1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de mensuração utilizadas;
2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas;
2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;
4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas
4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro
4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2018

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1.1 Previsão da receita versus arrecadação;
1.2 Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias;
1.3 Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários;
1.4 Detalhamento da execução das despesas;
1.5 Análise da execução da despesa;
1.6 Avaliação do estoque de restos a pagar processados e não processados.

2 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

2.1 Caixa e equivalente de caixa;
2.2 Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo;
2.3 Investimentos RPPS;
2.4 Imobilizado;
2.5 Intangível;
2.6 Fornecedores;
2.7 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;
2.8 Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo;
2.9 Demais elementos patrimoniais.

3 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

3.1 Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado;
3.2 Baixas de investimento;
3.3 Constituição ou reversão de provisões;
3.4 Demais variações, quando relevantes;
3.4.1 Variações Aumentativas;
3.4.2 Variações Diminutivas.

4 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

4.1 Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas ;
4.2 Retenções tributárias;
4.3 Restos a pagar processados e não processados.

5 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

6 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital/Patrimônio Social;
6.2 Resultados Acumulados;
6.3 Ajustes dos exercícios anteriores;
6.4 Ajustes de avaliação patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Em 2018 o Município de Irati completou 26 anos de emancipação.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Prefeito(a): Neuri Meurer
Microrregião: Microrregião do Oeste de Santa Catarina
Aniversário: 09/01
Habitantes: 1.984
Eleitores: 1.903
PIB: 32.960.700,00

1.1 Natureza Jurídica da Entidade

O Município de Irati, SC, é pessoa jurídica de direito público, CNPJ 95.990.230/0001-51, com natureza jurídica 124-4 Município, na forma de Ente Federativo. O município iniciou suas atividades em 09 de janeiro de 1992.

1.2 Domicílio da Entidade

Tem sua sede em prédio próprio do endereço Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro, Irati, CEP. 89.856-000, Estado de Santa Catarina.

1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade

A atividade econômica principal é Administração Pública em Geral, CNAE 84.11-6-00.

Fazem parte da sua estrutura Organizacional as Secretarias:

- Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento
- Gabinete do Prefeito
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
- Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos
- Secretaria Municipal de Saúde

1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

DECLARAÇÃO PLENA

Com base na análise dos Demonstrativos Contábeis, DECLARO que os mesmos REFLETEM ADEQUADAMENTE a situação ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA e PATRIMONIAL.

- Não há Restrições de ordem Contábeis do exercício de 2018, considerando o GRAU DE RELEVÂNCIA e a MATERIALIDADE dos valores envolvidos;
- As Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Contábeis e foram elaboradas buscando atender a legislação vigente;
- Todos os registros foram realizados com base em documentação de suporte ou na medida em que foram encaminhadas ao setor contábil e ou tomada o devido conhecimento por este.

Ou...

DECLARAÇÃO COM RESSALVAS

(quando os demonstrativos contábeis NÃO REFLETEM ADEQUADAMENTE a situação ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA e PATRIMONIAL).

(Declaração com Ressalvas, o contador deve apresentar os motivos

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de mensuração utilizadas

ATIVOS

Ativo
Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Disponibilidades
As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

Direitos, créditos e valores a longo prazo
Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual

será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor. O custo de estoques abrange todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção. Nos casos em que o estoque for distribuído gratuitamente, os estoques são valorados a custo. O município de Irati, SC, não possui estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos.

Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O município de Irati, SC, possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Por meio do Decreto nº078 de 16 de abril de 2015, foi criada comissão permanente de servidores, responsáveis pela atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, denominada, comissão para realizar

os procedimentos contábeis patrimonial do município de Irati, SC.

Reconhecimento dos ativos

Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado.

Mensuração

Consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação, mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico. Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao assunto, o município de Irati, SC, adotou, para fins de ajuste inicial, o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição. A pesquisa de mercado encontra-se em poder do setor de patrimônio.

Depreciação

Vale destacar que a administração pública municipal não praticava até o exercício de 2015 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo

com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, o Município de Irati, SC, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado.

Redução do valor recuperável (impairment)

O município de Irati, SC adota as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.
Redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

Intangível

O município de Irati, SC, não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

PASSIVOS

Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Obrigações

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações são ajustadas considerando-se

todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos, no caso dos processos judiciais. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. Férias são passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos. As informações relativas a férias e décimo terceiro salário, são recebidas do Departamento de Recursos Humanos.

Depósitos Judiciais
Os depósitos judiciais fazem parte do passivo e possuem eventos de contabilização definidos pelo TCE/SC. As despesas do exercício devem ser empenhadas em dotação própria, como consequência do tratamento orçamentário dado ao recurso, também deve ser reconhecida a obrigação do Município pelo levantamento do depósito antes do trânsito em julgado. O registro patrimonial deve ser feito no grupo de "Demais Obrigações a Longo Prazo". A STN ainda não disciplinou, no âmbito dos seus grupos técnicos, o tratamento contábil a ser dado aos depósitos judiciais levantados antecipadamente.

Custos dos Empréstimos
Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos foram aplicados.

Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários
O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

Passivos sem Execução Orçamentária
Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência definido pelas NBCASP.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

Ajustes de exercícios anteriores

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

DEFINIÇÕES GERAIS

Registro da Receita Orçamentária

A política contábil do Município de Irati, SC, é o registro centralizado da receita orçamentária pelo princípio do caixa único. O regime contábil para o registro da receita é o regime de caixa.

Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras

entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

Renúncia de Receita

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e reconhecidos como dedução da variação patrimonial aumentativa. Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando forem passíveis de ser mensurados com segurança.

2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou em outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual. A regra é a primeira da área convergida às internacionalmente aceitas e vai nortear toda a contabilidade pública. Um dos principais pontos da norma é a definição da sociedade como usuária principal da informação contábil, o que facilitará a transparência e o controle social. O Município de Irati, SC, atende as exigências das NBCASPs vigentes, e busca acompanhar as novidades das novas normas e políticas contábeis previstas. O objetivo da Municipalidade é evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento, atendendo as Normas e a legislação vigente.

2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis, o Município de Irati, SC, fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição. Os bens de infraestrutura vêm sendo reconhecidos conforme estão sendo realizados.

b) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa e créditos a receber, foi utilizada a média de recebimento dos últimos três anos em relação a inscrição, o que demonstrará o comportamento da dívida ativa.

c) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, está definida no Manual de controle físico e contábil do patrimônio do Município de Irati, SC. A tabela foi elaborada conforme vida útil estimada para cada classe de bens, de acordo com a realidade de uso e conservação dos bens do Município.

d) as provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível. A análise é realizada pelo setor jurídico do Município.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

ATIVOS

a) Caixa e equivalentes de caixa

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.1.1.1.19.xx	Banco conta movimento e vinculada	7.764,17
1.1.1.1.1.50.xx	Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.245.058,44
	Total	**2.252.822,61**

b) Direitos, créditos e valores a curto prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.2.2.1.xx	Clientes	44.536,87
1.1.2.4.1.xx	Empréstimos e financiamentos concedidos	22.599,93
1.1.2.9.1.xx	(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo	-8.782,80
1.1.3.4.1.xx	Créditos por danos ao patrimônio	395.890,00
1.1.3.8.1.xx	Outros créditos a receber, valores a curto prazo	1.126.674,10
1.1.5.6.1.xx	Almoxarifado	26.340,14

1.1.5.8.1.xx	Outros estoques	87.138,60
1.1.9.xx	Variações patrimoniais pagas antecipadamente	80.573,23
Total		**1.774.970,07**

Os créditos tributários a receber registram valores relativos a tributos dos quais o fato gerador já ocorreu, e tem fundamento legal em lei municipal. O saldo da conta créditos tributários estava zerada em 31 de dezembro de 2018.

Os créditos não tributários são frutos do esforço do Município pela exploração de bens e serviços, com base em ato legal, e preço público definido.

Os créditos por danos ao patrimônio refere-se a responsabilidades reconhecidas.

O controle de estoque é realizado pela entidade, atendendo as exigências das NBCASP.

O município controla e reconhece as despesas pagas antecipadamente com seguros e assinaturas, atendendo as exigências das NBCASP.

c) Direitos, créditos e valores a longo prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.2.1.1.1.04.xx	Divida ativa Tributária	28.133,64
1.2.1.1.1.05.xx	Divida ativa não tributária	104.543,43
1.2.1.1.1.99.xx	Ajustes de perdas de créditos	-24.166,15
Total		**108.510,92**

O Município mantém a dívida ativa registrada apenas em longo prazo. Observa-se que 17,94% dos créditos em longo prazo referem-se a dívida ativa tributária, e 66,65% a dívida ativa não tributária. As perdas representam 15,41% do total de créditos. O cálculo da perda da dívida ativa foi realizado tomando por base, valores inscritos em dívida ativa nos últimos 3 exercícios, comparados aos valores recebidos nesse mesmo período, o que demonstra o comportamento da dívida ativa.

d) Estoques

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.5.6.1.xx	Almoxarifado	26.340,14
1.1.5.8.1.xx	Outros estoques	87.138,60
Total		**113.478,74**

O saldo de estoque em almoxarifado refere-se a matérias de consumo, medicamentos e materiais hospitalares, sementes entre outros.

e) Investimentos

Conta	Descrição	Valor
1.2.2.1.2.01.01	Participação em Sociedades Controladas	5.500,00

Total	**5.500,00**

O valor referente a participação, diz respeito a antigas ações da TELESC. Valores não atualizados.

f) Imobilizado

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, o Município, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado. Segue tabela de depreciação do Município, SC, válida a partir do exercício de 2015:

MASCARA	DESCRIÇÃO	VIDA UTIL	VALOR RESI-DUAL
1.2.3.1.1.01.00	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas		
1.2.3.1.1.01.01	Aparelhos de medição e orientação	10	5
1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	5	5
1.2.3.1.1.01.03	Apar., equip. Utens. Médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	10	5
1.2.3.1.1.01.04	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	8	2
1.2.3.1.1.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	5
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	15	20
1.2.3.1.1.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	20
1.2.3.1.1.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	10	10
1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	20
1.2.3.1.1.01.10	Equipamentos de montaria	10	5
1.2.3.1.1.01.12	Equipamentos, peças e acessórios para automóveis	8	5
1.2.3.1.1.01.16	Equipamentos de mergulho e salvamento	5	5
1.2.3.1.1.01.18	Equipamentos de proteção e vigilância ambiental	10	10
1.2.3.1.1.01.19	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	10	20
1.2.3.1.1.01.20	Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários	20	30
1.2.3.1.1.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10
1.2.3.1.1.01.99	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	10	10
1.2.3.1.1.02.00	Bens de informática		
1.2.3.1.1.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	5
1.2.3.1.1.02.02	Equipamentos de tecnologia da informação	5	5
1.2.3.1.1.02.03	Sistemas aplicativos - softwares	5	5
1.2.3.1.1.03.00	Móveis e utensílios		
1.2.3.1.1.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	8	5
1.2.3.1.1.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	5
1.2.3.1.1.03.03	Mobiliário em geral	10	10

1.2.3.1.1.03.04	Utensílios em geral	10	10
1.2.3.1.1.04.00	Materiais culturais, educacionais e de comunicação		
1.2.3.1.1.04.01	Bandeiras, flâmulas e insígnias	5	5
1.2.3.1.1.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	5	5
1.2.3.1.1.04.03	Discotecas e filmotecas	5	5
1.2.3.1.1.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	10	5
1.2.3.1.1.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	5	5
1.2.3.1.1.04.06	Obras de arte e peças para exposição	0	100
1.2.3.1.1.04.99	Outros materiais culturais, educacionais e de comunicação	10	10
1.2.3.1.1.05.00	Veículos		
1.2.3.1.1.05.01	Veículos em geral	8	20
1.2.3.1.1.08.00	Bens móveis em almoxarifado		
1.2.3.1.1.08.05	Bens móveis inservíveis	0	5
1.2.3.2.0.00.00	Bens imóveis		
1.2.3.2.1.00.00	Bens imóveis - consolidação		
1.2.3.2.1.01.00	Bens de uso especial		
1.2.3.2.1.01.03	Edifícios	35	50

g) Valor econômico do patrimônio

Apresenta-se o valor econômico do patrimônio do Município, atualizado por classe de bens, em 31 de dezembro de 2018:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2018
123110101	Aparelhos de medição e orientação	24.909,15
123110102	Aparelhos e equipamentos de comunicação	11.713,40
123110103	Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos	94.427,20
123110104	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversão	9.166,00
123110105	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	2.500,00
123110106	Máquinas e equipamentos industriais	292.740,80
123110108	Máquinas e equipamentos gráficos	340,00
123110109	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	13.341,24
123110110	Equipamentos de montaria	3.570,00
123110112	Equipamentos, peças e acessórios para automóveis	39.960,00
123110118	Equipamentos de proteção e vigilância ambiental	7.600,00
123110119	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	1.042.363,10
123110120	Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários	848.500,00
123110121	Equipamentos hidraúlicos e elétricos	9.077,69
123110199	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	27.159,00
123110201	Equipamentos de processamentos de dados	42.039,32
123110202	Equipamentos de tecnologia da informação	146.057,79

123110301	Aparelhos e utensílios domésticos	67.887,28
123110302	Máquinas e utensílios de escritório	9.346,60
123110303	Mobiliário em geral	326.702,15
123110304	Utensílios em geral	37.031,67
123110405	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	19.618,12
123110499	Outros materiais culturais, educacionais e de comunicação	600,00
123110503	Veículos de tração mecânica	2.392.464,00
123210103	Edificios	6.497.329,18
123210104	Terrenos/glebas	7.164.418,49
123210105	Armazéns/galpões	6.800,00
123210501	Ruas	1.967.763,72
123210504	Pontes	135.304,02
123210506	Sistema de esgoto e/ou de abastecimento de água	263.278,60
123210601	Obras em andamento	270.877,31
123210605	Estudos e projetos	9.860,00
123810101	(-) Depreciação acumulada maq. Aparelhos e equip.	-505.764,13
123810102	(-) Depreciação acumulada bens de informatica	-69.937,38
123810103	(-) Depreciação acumulada de móveis e utensílios	-144.443,82
123810104	(-) Depreciação acumulada de materiais cult. Educac.	-12.025,26
123810105	(-) Depreciação acumulada de veículos.	-1.216.021,53
123810107	(-) Depreciação acumulada de bens móveis em andamento	-600,00
123810199	(-) Depreciação acumulada de demais bens móveis	-372,51
123810299	(-) Depreciação acumulada de demais bens imóveis	-336.098,34
Total		**19.499.482,86**

h) Intangível

O Município não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

PASSIVOS

b) Obrigações

Saldo das obrigações para 2018:

Passivo Circulante		
2.1.1.1.1.01.01	Salários, remunerações e benefícios do exercício	904,48
2.1.1.1.1.01.03	Férias	604.956,63
2.1.3.1.1.01.01	Fornecedores não financiados a pagar	1.178,24
2.1.3.1.1.04.03	Precatórios de contas a pagar	3.000,00
2.1.8.8.xx	Valores restituíveis	33.195,11
2.1.8.9.1	Outras Obrigações a curto prazo	3.000,00
Total		**646.234,46**

O passivo de férias e INSS é reconhecido por competência, não passando pelos estágios orçamentários e financeiros até o momento.

O crédito com fornecedores refere-se a compromissos financeiros do Município pela contratação de serviços ou produtos.

Os valores restituíveis são retenções que serão repassados a terceiros.

As outras obrigações a curto prazo no montante de R$ 3.000,00, referem-se a compromissos contratuais junto a consórcios públicos.

Passivo Não Circulante		
2.2.1.1.1	Precatório- Pessoal a pagar	140.462,76
2.2.3.1.1	Precatório - Fornecedores nacionais e contas a pagar a longo prazo	8.348,69
Total		**148.811,45**

As obrigações a longo prazo referem-se a precatórios de pessoal e de fornecedores.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

a) Variações Patrimoniais Diminutivas

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
3.1.1	Remuneração a pessoal	5.772.047,76	33,54
3.1.2	Encargos patronais	1.146.343,56	6,66
3.2.4	Benefícios Eventuais	14.293,00	0,08
3.3.1	Uso de material de consumo	1.723.507,04	10,02
3.3.2	Serviços	2.758.058,42	16,03
3.3.3	Depreciação	671.410,61	3,90
3.4.9	Outras Variações patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.510,66	0,01
3.5.1	Transferências intragovernamentais	2.496.135,77	14,51
3.5.2	Transferências inter governamentais	2.090.569,90	12,15
3.5.3	Transferências a instituições privadas	340.889,06	1,98
3.5.5	Transferências a consórcios públicos	32.199,92	0,19
3.6.1	Reavaliação, redução a valor recuperável	14.190,82	0,08
3.7.1	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	107,74	0,00
3.7.2	Contribuições	138.473,60	0,80
3.9.1	Premiações	7.593,83	0,04
3.9.9	Outras variações patrimoniais diminutivas	70,24	0,00
Total		**17.208.401,93**	**100**

O gasto com pessoal representa 40,20% das variações patrimoniais diminutivas, referentes encargos patronais e remuneração de pessoal. Os serviços por sua vez representam 16,03% do total das variações diminutivas.

As variações patrimoniais diminutivas representam o esforço do Município na prestação de serviços à população, bem como aquisição de produtos e execução de programas, buscando atender o objetivo da administração pública em melhorar a qualidade de vida das pessoas e garantir os serviços essenciais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

a) Variações Patrimoniais Aumentativas

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
4.1.1	Impostos	342.686,63	1,73
4.1.2	Taxas	40.590,86	0,21
4.2.3	Contribuição de Iluminação Pública	22.486,37	0,11
4.3.3	Exploração de bens e direitos e prestação	537.718,24	2,72
4.4.2	Juros e encargos de mora	1.059,12	0,01
4.4.5	Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	24.698,98	0,13
4.4.9	Outras variações patrimoniais	7.035,82	0,04
4.5.1	Transferências intragovernamentais	2.496.135,77	12,63
4.5.2	Transferências inter governamentais	14.064.623,97	71,19
4.6.1	Reavaliação de ativos	4.182,69	0,02
4.6.3	Outros ganhos com incorporações de ativos	52.402,78	0,27
4.6.4	Ganhos com desincorporação de passivos	188.384,64	0,95
4.9.9	Diversas variações patrimoniais aumentativas	1.975.170,55	10,00
Total		**19.757.176,42**	**100**

Nota-se que as transferências inter governamentais representam o maior valor entre as VPAs, representando 71,19%, o que torna a entidade refém do Governo Estadual e Federal.

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

O município não possui passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.

4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro

Foi realizado em 2018 ajustes de exercícios anteriores no montante de R$ 2.458,45.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2018

Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. São consideradas parte integrante das demonstrações.

Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos no sistema informatizado do Município incluem os dados do Poder Executivo e Legislativo.

São compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e também pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração

dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Desde a adoção do novo PCASP, em 2015, foi realizado grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, estão: o reconhecimento pelo regime de competência dos créditos tributários a receber; a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente; o cálculo da perda da dívida ativa; e o controle de estoque.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Nas páginas a seguir você é convidado a acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial por meio da análise dos Demonstrativos Contábeis do exercício de 2018 e das Notas Explicativas relacionadas.

Sempre que possível, as informações apresentadas nesta prestação de contas são descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender como foram utilizados os recursos públicos no período. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comunicação entre a população e o Governo Municipal, transformando dados complexos em informações compreensíveis. Desse modo, queremos dinamizar o controle social para propiciar que a sociedade esteja mais ciente das ações do Governo Municipal.

A missão cabe ao Setor de Contabilidade do Município, responsável por organizar e consolidar os dados contábeis, oriundos do sistema informatizado de contabilidade e dos atos de gestão do Governo Municipal.

A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a sociedade. Assim, transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a arrecadação e as despesas do Governo.

Esse papel se revela fundamental para a promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e administrados tiverem posições simétricas relativas às informações advindas do setor público. Em outras palavras, quando um número deixar de ser somente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamento da ação governamental.

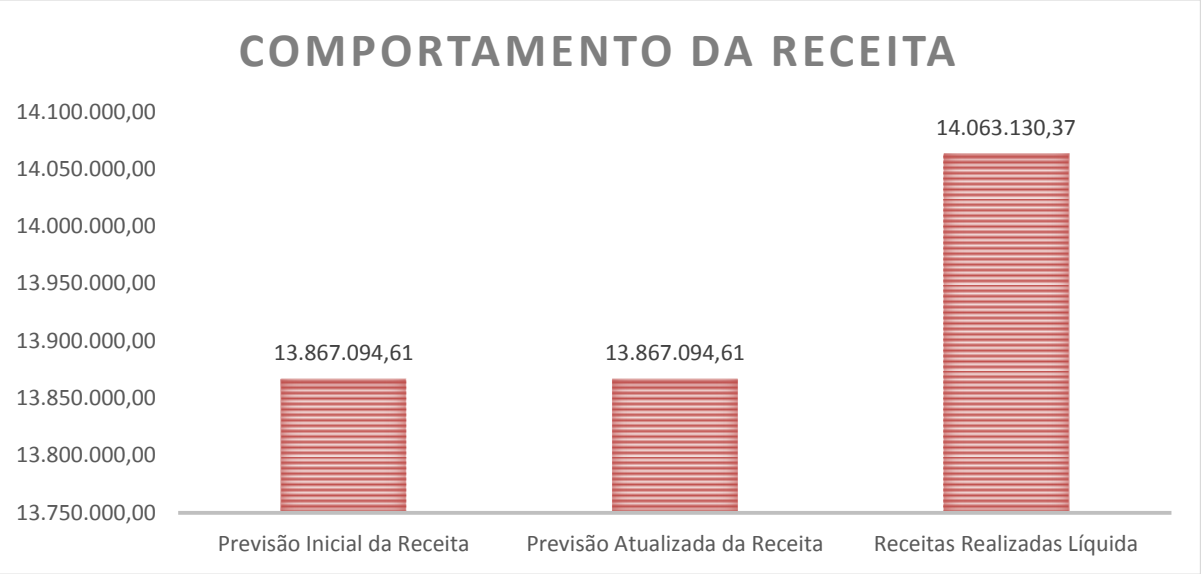
Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior transparência e qualidade na prestação de contas do Governo Municipal, o Setor de Contabilidade não tem

medido esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil, atendendo os preceitos da Lei Federal Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, disponibilizando informações na página do sitio oficial do Município.

1 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

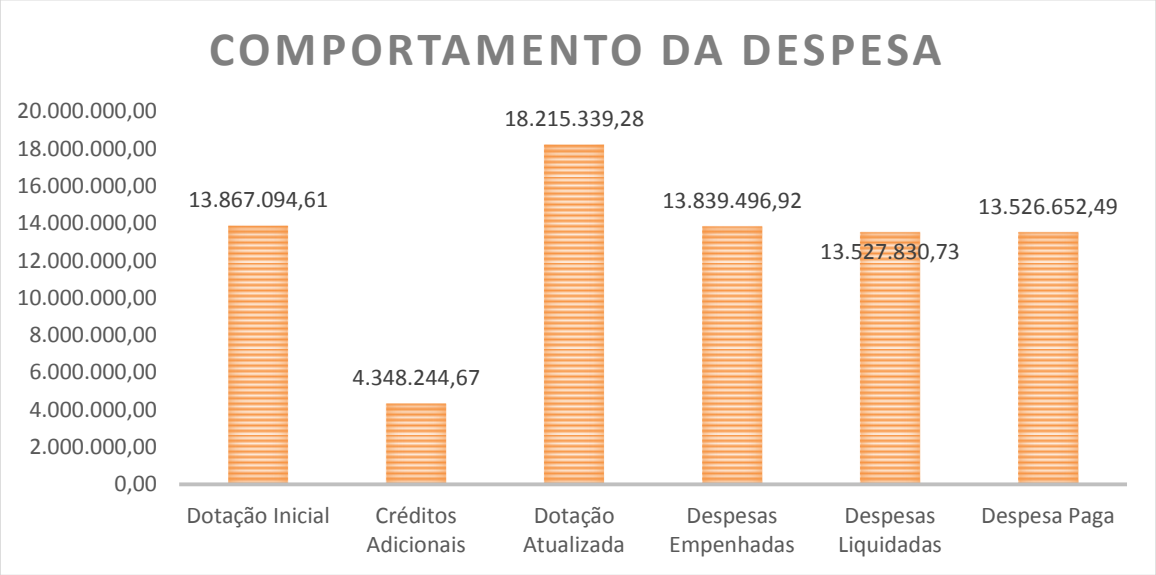
O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. A execução do orçamento da Entidade Município de Irati em 2018, apresentou os seguintes resultados:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	2018
RECEITAS	**Valor**
Previsão Inicial da Receita	**13.867.094,61**
Previsão Atualizada da Receita	13.867.094,61
Receitas Realizadas Líquida	14.063.130,37
Déficit Orçamentário	**0,00**
DESPESAS	**Valor**
Dotação Inicial	13.867.094,61
Créditos Adicionais	4.348.244,67
Dotação Atualizada	18.215.339,28
Despesas Empenhadas	13.839.496,92
Despesas Liquidadas	13.527.830,73
Despesa Paga	13.526.652,49
Superávit Orçamentário	**223.633,45**



Fonte: Comportamento da Receita

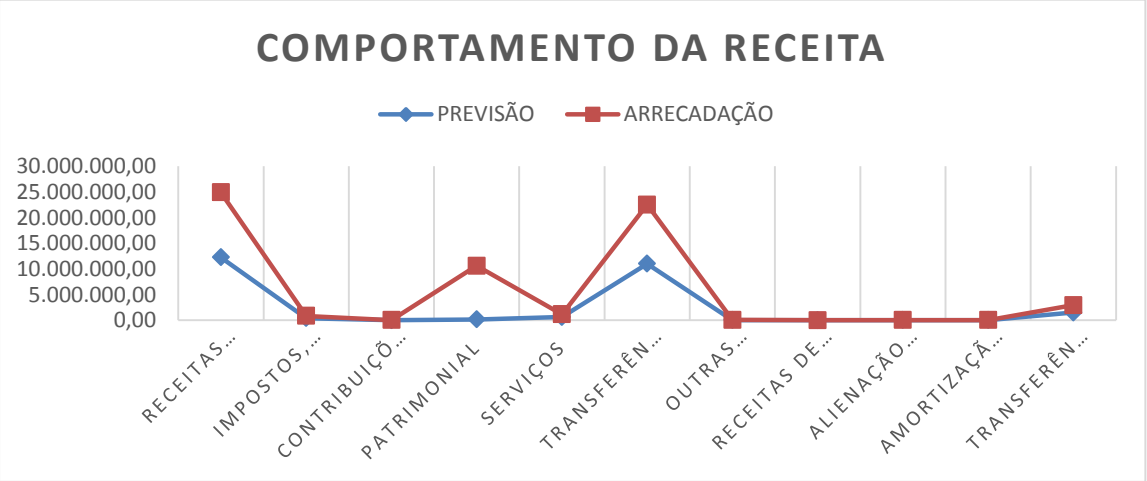
MUNICÍPIO DE IRATI, SC
Endereço: Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro - Irati - Santa Catarina
Cep: 89.856-000
Telefone: (49) 3349-0010



Fonte: Comportamento da Despesa

1.1 Previsão da receita versus arrecadação

RECEITA	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	**12.260.094,61**	**12.635.039,71**	**374.945,10**
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	409.950,00	434.332,47	24.382,47
Contribuições	24.000,00	22.486,37	-1.513,63
Patrimonial	162.900,00	104.36311	-58.536,89
Serviços	633.500,00	527.555,53	-105.944,47
Transferências correntes	10.995.744,61	11.520.246,17	524.501,56
Outras receitas correntes	34.000,00	26.056,06	-7.943,94
RECEITAS DE CAPITAL	**1.607.000,00**	**1.428.090,66**	-178.909,34
Alienação de bens	50.000,00	0,00	-50.000,00
Amortização de empréstimos	35.000,00	10.588,55	-24.411,45
Transferência de capital	1.522.000,00	1.417.502,11	-104.497,89
TOTAL	**13.867.094,61**	**14.063,130,37**	**196.035,76**



Em análise ao Balanço Orçamentário, pode-se observar que as receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria tiveram excesso de arrecadação no montante de R$ 24.382,47. Já as receitas de contribuições, patrimoniais e de serviços obtiveram insuficiência de arrecadação R$ 1.513,63, R$ 58.536,89 e R$ 105.944,47, respectivamente. As transferências correntes recebidas, por sua vez, resultaram em excesso de arrecadação no montante R$ 524.501,56.

O Município não obteve receita de alienação de bens. A receita de amortização de empréstimo foi insuficiente em relação ao previsto em R$ 24.411,45.

1.2 Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor
Prefeitura	Fundo Municipal de Saúde	1.664.933,21
Prefeitura	Câmara	735.000,00
Câmara	Prefeitura	96.202,56

1.3 Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários

Foram utilizados R$ 1.471.368,22 em recursos de superávit financeiro para abertura de créditos adicionais no exercício de 2018.

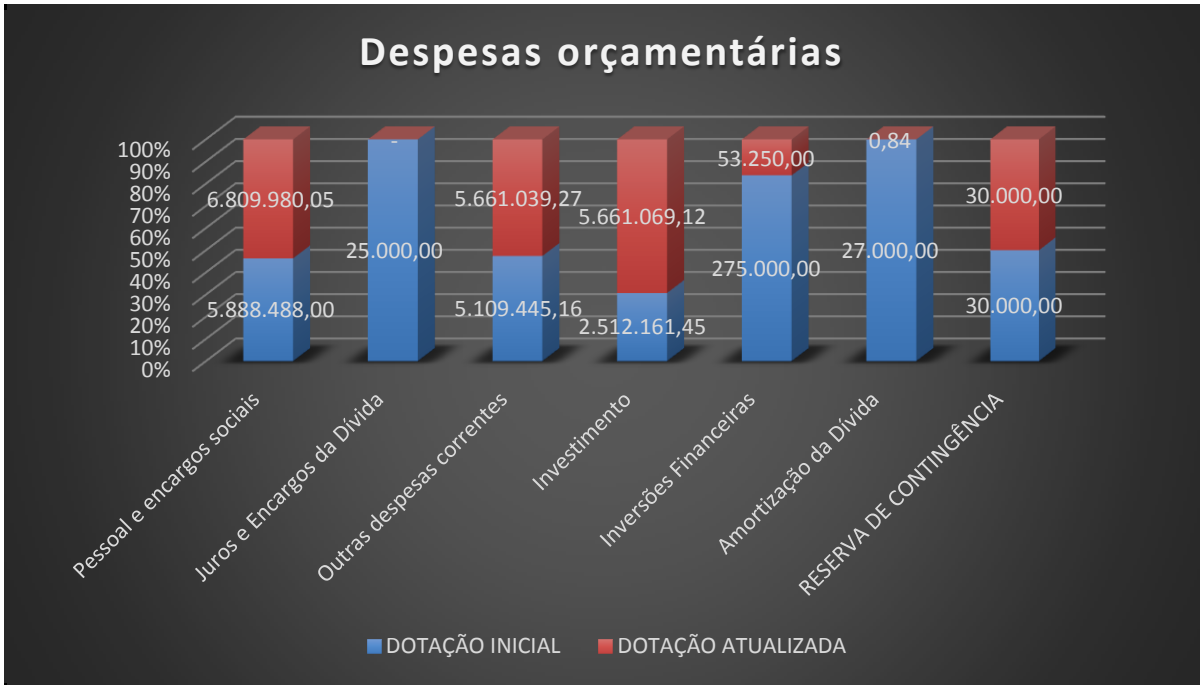
Foram utilizados R$ .794.685,97 em recursos de excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais no exercício de 2018.

Não foram reabertos créditos adicionais no exercício.

1.4 Detalhamento da execução das despesas – análise da dotação inicial versus dotação atualizada

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	**11.022.933,16**	**12.471.019,32**
Pessoal e encargos sociais	5.888.488,00	6.809.980,05
Juros e Encargos da Dívida	25.000,00	-
Outras despesas correntes	5.109.445,16	5.661.039,27
DESPESAS DE CAPITAL	**2.814.161,45**	**5.714.319,96**
Investimento	2.512.161,45	5.661.069,12
Inversões Financeiras	275.000,00	53.250,00
Amortização da Dívida	27.000,00	0,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**30.000,00**	**30.000,00**
	13.867.094,61	**18.215.339,28**

MUNICÍPIO DE IRATI, SC
Endereço: Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro - Irati - Santa Catarina
Cep: 89.856-000
Telefone: (49) 3349-0010



Durante o exercício de 2018, o Município de Irati, SC, criou e abriu créditos adicionais especiais e créditos adicionais suplementares, buscando realizar as alterações orçamentárias necessárias para atender a demanda dos serviços e obras públicas, ainda de acordo com o ingresso de recursos financeiros.

Todos os atos, Decretos ou Leis, atenderam as exigências da Lei Federal nº 4.320/1964, conforme artigo 42 da Lei Federal 4.320/1964, “Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo”.

A Lei Orçamentária 2018, do Município de Irati,SC, previu autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme art. 7º da Lei Federal 4.320/1964, “Art. 7° A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para: I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43; (...)”.

Lei Municipal 982, de 23 de novembro de 2017, Lei Orçamentária 2018 do Município de Irati:

> **Art. 5º** O Executivo está autorizado, nos termos do Art.7º. da lei Federal nº.4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (Trinta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos(...)

Durante o exercício de 2018, a abertura de créditos adicionais no valor total de R$ 6.399.163,78, pode assim ser apresentada:

Por tipo de Credito Adicional:

- ⇨ Suplementar: R$ 5.457.290,00
- ⇨ Especial: R$ 941.873,78

Pela origem do recurso do Credito Adicional:

- ⇨ Superávit Financeiro: R$ 1471.368,22
- ⇨ Excesso de Arrecadação: R$ 794.685,97
- ⇨ Operação de Credito: R$ 999.900,00.
- ⇨ Anulação de dotação: R$ ..811.655,46
- ⇨ Convenios R$ 310.000,00
- ⇨ Dotação transferida: R$ 0,00

1.5 Análise da execução da despesa

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA
DESPESAS CORRENTES	12.471.019,32	11.687.135,82	11.626.598,88	11.625.420,64
Pessoal e encargos sociais	6.809.980,05	6.533.372,55	6.529.468,07	6.529.468,07
Juros e Encargos da Dívida	-	-		
Outras despesas correntes	5.661.039,27	5.153.763,27	5.097.130,81	5.095.952,57
DESPESAS DE CAPITAL	**5.714.319,96**	**2.152.361,10**	**1.901.231,85**	**1.901.231,85**
Investimento	5.661.069,12	2.103.032,59	1.851.903,34	1.851.903,34
Inversões Financeiras	53.250,00	49.328,51	49.328,51	49.328,51
Amortização da Dívida	0,84	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	18.215.339,28	**13.839.496,92**	**13.527.830,73**	**13.526.652,49**

As despesas relativas a Amortização da Dívida, foram liquidadas e pagas no mesmo montante em cada categoria econômica, com saldo da despesa atualizada fixada suficiente, demonstrando ainda economia orçamentária.

As demais despesas, durante a execução, respeitando os estágios da despesa definidos pela Lei Federal 4.320/194, ficaram com saldo a liquidar e saldo a pagar, tendo em vista o não recebimento/conferência dos serviços e produtos, e/ou a ordem cronológica de pagamento das referidas despesas.

As despesas com investimento também carregam saldo de despesas a liquidar e a pagar, tendo em vista os cronogramas físico/financeiro das obras em andamento.

As despesas tiveram saldo orçamentário atualizado suficiente para cobertura das despesas do exercício.

A dotação orçamentária relativa a Reserva de Contingência não foi executada durante o exercício de 2018.

1.6 Avaliação do estoque de restos a pagar processados e não processados

O exercício de 2018 inscreveu um montante de R$ 290.091,62 em restos a pagar não processados, sendo pagos R$ 224.291,62 e cancelados R$ 65.800,00, durante o exercício.

Em restos a pagar processados foram inscritos R$ 7.858,68 no exercício, sendo pagos R$ 7.840,68 e cancelados R$ 18,00.

2 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

As informações de suporte as Notas Explicativas estão detalhadas em itens anteriores deste relatório.

2.1 Caixa e equivalente de caixa

Aplicações Financeiras

As disponibilidades financeiras do Município estão aplicadas em bancos oficiais. O registro contábil das aplicações financeiras ocorre em forma de receita de Remuneração de Depósitos Bancários na classificação econômica 4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00.

Fontes de Recurso.

A contas contábeis bancárias possuem natureza devedora, e na sua composição conta corrente do tipo fonte de recurso, de acordo com a codificação definida pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, classificando como recursos do exercício, superávit do exercício anterior e ainda a vinculação específica de cada origem dos recursos, como um determinado programa do FNDE, ou determinado bloco ou componente do SUS, bem como FUNDEB, recursos ordinários entre outros. Essa classificação facilita o controle dos recursos de acordo com sua origem.

Forma de arrecadação

O Município recebe ou arrecada recursos financeiros na Unidade Administrativa, via instituições bancárias e caixa.

2.2 Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo

Créditos Tributários a Receber

O Município, no exercício de sua soberania, tem o poder de exigir tributos de seus cidadãos. É o chamado doutrinamento de poder de instituir e cobrar tributos. O Município atendendo as exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade, reconhece por competência os créditos tributários a receber, instituídos pelo Código Tributário Municipal, com fato gerador já ocorrido. O saldo da conta créditos a receber estava zerado em 2018.

Créditos Não Tributários a Receber

Os créditos não tributários refletem a prestação de serviços do Município, com sabe em programa criado por lei municipal e cobrança de preço público.

Créditos de Empréstimos a Receber

No final do exercício de 2018, o Município possuía R$ 22.599,93 referente créditos a receber de programa de adubação verde, no curto prazo.

Créditos a receber de Entidades Federais

O Município possui um crédito de R$ 1.126.674,10 referente crédito a receber de entidades federais.

Créditos por danos ao patrimônio

Os créditos por danos ao patrimônio refletem ao reconhecimento de responsáveis.

Dívida ativa – Ativo Realizável a Longo Prazo

O estoque de dívida ativa do Município está contabilizado em longo prazo, e divide-se em tributária, R$ 28.133,64, o que equivale a 21,20% do total da dívida ativa e, não tributária R$104.543,43, totalizando 78,80%. A diminuição da dívida ativa durante o exercício de 2018 foi de aproximadamente 4,25% em relação a 2017. Os créditos são controlados pelo setor de tributos do Município.

Perda da Dívida ativa

O Município registra a perda da dívida ativa atendendo as exigências do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7º edição:

> Os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros. Assim, as perdas esperadas referentes à dívida ativa devem ser registradas por meio de uma conta redutora do ativo. A responsabilidade pelo cálculo e registro contábil do ajuste para perdas é do órgão ou entidade competente para a gestão da dívida ativa.

As perdas representam 18,21% do total de créditos. O cálculo da perda da dívida ativa foi realizado tomando por base, valores a receber até um salário mínimo por C.P.F ou C.N.P.J, ou seja, casos que configuram um custo de cobrança maior que o benefício que pode ser gerado. Nessas situações, normalmente, o Poder Judiciário,

sempre que acionado, determina o arquivamento dos processos, com valores inferiores a um salário mínimo.

2.3 Investimentos RPPS

O município não possui investimos RPPS.

2.4 Imobilizado

O patrimônio imobilizado do Município somou 19.499.482,86, já reduzido sua depreciação. Os bens móveis representam R$ 5.469.114,51 e os imóveis R$ 16.315.631,32.

O valor dos bens de uso comum do povo é de R$ 2.366.346,34 e estão somados junto aos imóveis. O reconhecimento dos bens de uso comum é realizado de forma gradativa, pela sua construção, sendo exemplos ruas, praças, estradas, pontes, sistema de esgoto e/ou abastecimento de água, iluminação pública, e ainda, outros bens de uso comum.

A depreciação traz o saldo acumulado de R$ 2.285.262,97. A depreciação do exercício somou R$ 671.410,61.

Durante o exercício de 2018 não foram realizadas alienação de bens. O município possui R$ 270.877,31 em obras em andamento.

O município mantém controle e é normatizado a vida útil, valor residual, percentual de depreciação dos bens. O controle é realizado pelo servidor responsável e dirigido pela comissão do patrimônio.

As contas patrimoniais mantem coerência com as contas contábeis conforme plano de contas definido pelo TCE/SC.

2.5 Intangível

O município não possui intangíveis em 31 de dezembro de 2018.

2.6 Fornecedores

Na conta “fornecedores” são registrados por meio de controle pelo mecanismo de contas correntes, todos os fornecedores e aquisições e contratações realizadas. A conta “fornecedores” é uma conta contábil do passivo e registra as obrigações do município para com esses. Algumas obrigações que não passaram por todos os estágios da despesa são transferidas/inscritas em restos a pagar e/ou fornecedores de exercícios anteriores.
Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta fornecedores foi de R$ 4.178,24.

2.7 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo, do Município, somou R$ 605.861,11 no final do exercício de 2018. Destes, R$ 604.956,63 são férias reconhecidas por competência e R$ 904,48 de folha de pagamento. O reconhecimento de despesas por competência, é exigência das NBCASP, e necessária para a correta demonstração do patrimônio do Município.

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo somou R$140.462,76, e trata-se de precatórios de pessoal.

2.8 Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo

O município não possui provisões a Curto e a longo Prazo em 31 de dezembro de 2018.

2.9 Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

Estoques

O saldo de estoque ao final do exercício de 2018 soma R$ 113.478,74 referente material de consumo, sementes e medicamentos.

Investimentos

O Município possui R$ 5.500,00 registrado como investimento permanente, relativo a TELESC TELES. STA CAT S/A

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido acumulado representa o valor de R$ 22.846.240,55 e refere-se aos resultados acumulados desde a criação do Município. O patrimônio líquido recebe valores no encerramento do exercício referente variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e as transferências financeiras concedidas e recebidas, envolvendo operações no nível de consolidação, INTER OFSS União, INTER OFSS Estado e INTER OFSS Município.

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

No exercício de 2018 foi utilizado a conta Ajustes de Exercícios Anteriores no montante de R$ 2458,45.

3 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

3.1 Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado
Não houve redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, no exercício de 2018.

3.2 Baixas de investimento
Não houve baixa de investimentos, no exercício de 2018.

3.3 Constituição ou reversão de provisões.
Não houve constituição e reversão de provisões em 2018.

3.4 Demais variações

3.4.1 Variações Aumentativas
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria
Representam a variação aumentativa do patrimônio pela arrecadação de impostos, taxas ou contribuição de melhoria, e pelo reconhecimento de créditos a receber destes.

Exploração e Venda de Bens e Serviços
Refletem o esforço do Município em geral na prestação de serviços à comunidade com base em preço público estabelecido em lei municipal.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras
Representam as entradas relativas a juros arrecadados, bem como os rendimentos de depósitos bancários de recursos públicos aplicados em Instituições financeiras.

Transferências e delegações recebidas
Podem ser intra ou inter orçamentárias, com origem no Município, Estado ou União. São as transferências recebidas no exercício, podem ser legais ou voluntárias.

Valorização e Ganhos com ativos e desincorporação de passivos
Os ganhos com incorporação de ativos, podem ser entre outros motivos, relativo ao recebimento de bens móveis, atualização de saldo de programa de empréstimos habitacionais e incorporação de estoques no exercício.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
Refletem as demais variações patrimoniais aumentativas não citadas acima, inclusive por redução das despesas com férias e décimo reconhecidas por competência.

3.4.2 Variações Diminutivas

Pessoal e Encargos

Representam a redução do patrimônio do Município pela assunção da despesa com pessoal, que de acordo com cada área de atuação, produzirá bens ou serviços à comunidade, como a mão de obra de professores, engenheiro, motoristas, operadores de máquinas, enfermeiros, médicos, assistentes administrativos, agentes políticos entre outros.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Representam os benefícios como aposentadorias e reformas, pensões, benefícios eventuais como auxilio saúde, auxílio funeral e outros.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de capital fixo

Produtos adquiridos como, merenda escolar, material de limpeza, higiene, copa e cozinha, combustível, medicamentos entre outros produtos. Os serviços contratados pelo Município como seguros, assinaturas, transporte escolar, energia elétrica, coleta de lixo e outros. Neste grupo também está contabilizado as variações patrimoniais diminutivas com depreciação de bens móveis e imóveis.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Representam as despesas liquidadas relativas a juros e encargos assumidos, como é o caso dos juros e encargos das operações de crédito contratadas.

Transferências e delegações concedidas

As transferências intra governaventais são operações entre órgãos do mesmo Ente Federativo, como é o caso da Prefeitura com a Câmara de Vereadores, e, Fundo Municipal de Saúde, etc. As transferências intergovernarmentais em geral representa os recursos que o Município transfere ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. O Município transfere recursos também a Consórcios Públicos em que o mesmo é consorciado por um interesse em comum. Poderão haver outros tipos de transferências, ambas podendo ser legais ou voluntárias.

Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos

A desvalorização e perda representam a baixa de bens do ativo patrimonial, podendo ser doações, baixa de créditos a receber por ajustes ou cancelamentos, baixa de bens por motivos diversos entre outros.

A incorporação de passivos representa o reconhecimento de um passivo, sendo independente de execução orçamentária.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Refletem as demais variações patrimoniais diminutivas não citadas acima.

4 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

4.1 Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor	Finalidade	Ato Legal
Prefeitura	**Fundo Municipal de Saúde**	1.664.933,21	Manutenção de todas as atividades do Fundo Municipal de Saúde	Lei Municipal 982, de 23 de novembro de 2017aprovou a Lei Orçamentária 2018
Prefeitura	**Câmara**	735.000,00	Manutenção de todas as atividades do Poder Legislativo Municipal	Lei Municipal 982, de 23 de novembro de 2017aprovou a Lei Orçamentária 2018
Câmara	**Prefeitura**	96.202,56	Devolução dos recursos não utilizados referente duodécimo do exercício	Lei Municipal 982, de 23 de novembro de 2017aprovou a Lei Orçamentária 2018

4.2 Retenções tributárias

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

4.3 Restos a pagar processados e não processados

O exercício de 2018 inscreveu um montante de R$ 290.091,62 em restos a pagar não processados, sendo pagos R$ 224;291,62 e cancelados R$ 65.800,00, durante o exercício.

Em restos a pagar processados foram inscritos e pagos R$ 7.858,68 no exercício.

5 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Tipo de Fluxo	2017	2018	Variação
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	1.042.777,85	3.060.108,06	2.017.330,21

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-632.465,26	-1.317.303,09	- 684.837,83
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	38.545,74	733.297,60	694.751,86

Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação pública, sendo que no exercício de 2018 apresentou o montante positivo de R$ 3.060.108,06, tendo variação de 65,92% relativo ao exercício de 2017, o que demonstra que o resultado líquido financeiro (ingressos – desembolsos) foi positivo, aumentando a capacidade de pagamento da entidade.

Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos. A variação foi de R$ -684.837,83 de 2017 para 2018, o que representa redução no capital circulante líquido do Município nesse período, pois embora tenham diminuídos os ingressos de investimento (receita de alienação de bens e amortização de empréstimos) de R$ 25.876,10 em 2017, para R$ 10.588,55 em 2018, o desembolso para investimentos (aquisição de ativos não circulantes e outros desembolsos) também reduziu de R$ 658.341,36 em 2017 para R$ 2.108.827,66 em 2018.

Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento Inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos, apresentando no exercício de 2018 o montante de R$ 733.297,60, tendo uma variação de 94,74%, ou seja, o montante de R$ 694.751,86 de 2017 para 2018. O Município recebeu R$ 1.420.640,49 em transferências de capital em 2018 e desembolsou R$ 0,00 em pagamentos de financiamentos. Já em 2017 o ingresso de transferências financeiras foi de R$ 17.992,47 e operações de créditos R$ 0,00, enquanto os desembolsos foram de R$ 16.179,63. Nota-se que em 2017 a não houve contratação de operação de crédito o que diminui a dívida do Município.

Retenções

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

6 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

6.1 Capital/Patrimônio Social

O patrimônio social e capital social representam R$ 7.052.739,83 em 31 de dezembro de 2018.

6.2 Resultados Acumulados

O resultado do exercício pode ser assim demonstrado:

Variações Patrimoniais Diminutivas	**17.208.401,93**
Variações Patrimoniais Aumentativas	19.757.176,42
Total	**2.548.774,49**

Patrimônio Líquido Inicial	
Resultado do Exercício	2.548.774,49
Ajustes de exercícios Anteriores	2.458,45
Patrimônio Líquido Final	22.846.240,55

O Município em 2018, demonstrou alteração do Patrimônio Líquido positiva (credora), passando de R$ 20.295.007,61 em 2017, para R$ 22.846.240,55 em 2018. Essa alteração refere-se a ajustes de exercícios anteriores no montante de R$ 2.458,45 e, R$ 2.548.774,49 referente resultado do exercício de 2018.

6.3 Ajustes dos exercícios anteriores

A conta ajustes de exercícios anteriores recebeu lançamento no montante de R$ 2.458,45.

6.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Não houveram Ajustes de Avaliação Patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

MUNICÍPIO DE IRATI, SC
Endereço: Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro - Irati - Santa Catarina
Cep: 89.856-000
Telefone: (49) 3349-0010

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1.964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC.

IRATI, SC, 28 de fevereiro de 2019.

ODIRLEI CARLOS BERGAMASCHI
CONTADOR
CRC/SC 31357/O-2

NEURI MEURER
PREFEITO